

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Gabriela Gallo/Correio da Manhã



Oposição: muito pouco além da marcação de posição

## Oposição constata: não há muito mais a fazer

Havia nos bastidores da reunião dos parlamentares de oposição convocada pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), uma certa sensação de desânimo. A reunião em pleno recesso parlamentar era uma marcação de posição. Mas, a essa altura, o único efeito prático é esse mesmo. Já não há mais a menor possibilidade, avaliavam, de reversão

do quadro que em muito pouco tempo levará o ex-presidente Jair Bolsonaro à condenação pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) e à prisão em seguida. Na sexta-feira (18), ainda havia em alguns a expectativa de que conseguiriam reverter o recesso. Na segunda (21), a oposição constata: mesmo quanto a isso não há menor possibilidade.

## Número

Segundo as informações preliminares, vieram a Brasília 54 parlamentares nesta segunda. Somente o PL tem 88 deputados federais. Ou seja, a mobilização conseguiu trazer à cidade somente pouco mais da metade dos deputados do partido de Bolsonaro.

## Bolsonaro

O próprio Bolsonaro ficou tolhido pela decisão de Moraes, que avisou que ele poderia ser preso caso participasse da entrevista ao final, uma vez que está proibido do uso de redes sociais, e a entrevista seria transmitida. Bolsonaro perdeu seu maior porta-voz, ele mesmo.

Lula Marques/Agência Brasil



Bolsonaro perdeu seu principal porta-voz: ele mesmo

## Ninguém segura a tornozeleira de ninguém

Uma brincadeira circulava no Salão Verde antes e depois da entrevista da oposição. Era uma paródia ao slogan que a esquerda lançou nos momentos da prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "Ninguém solta a mão de ninguém". Na frase parodiada, a brincadeira era dizer que, agora, "ninguém segura a tornozeleira de nin-

guém". Por um lado, parte da direita a essa altura já trata mais de construir alternativas eleitorais diante da constatação, cada vez mais forte, de que Bolsonaro – inelegível e prestes à condenação – estará fora da sucessão presidencial de 2026. Por outro lado, o reforço da constatação de que Bolsonaro e família só pensam em si mesmos.

## Tarifaço

O tarifaço ameaçado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, muito longe de ter sido uma solução, tornou-se um problema. A oposição tenta descolar Bolsonaro da decisão de Trump, mas avalia que a toda hora Eduardo Bolsonaro trabalha no sentido contrário.

## Trump

Tudo isso gera dúvidas sobre a capacidade de pressão que possa vir de Trump. Comentava-se sobre outro setor extremamente prejudicado: o pesqueiro. Segundo se comentava, 70% do pescado importado que os EUA consomem vem do Brasil.

## Eduardo

O próprio Eduardo Bolsonaro, constatavam, acabará por perder seu mandato. Ainda que não renuncie, em alguns meses acabará cassado por faltas, até porque decisão semelhante foi tomada recentemente quando ao mandato de Chiquinho Brazão.

## Magnitsky

Voltava-se a pregar que mais efetiva poderia ser a possibilidade de sanções individuais aos ministros do STF. A aplicação da tal Lei Magnitsky, que permite sanções econômicas. Mas, de novo: qual seria o efeito prático na ação contra Bolsonaro? Faria o STF parar?

## Moraes pede explicações a Bolsonaro após ato

Ex-presidente foi a manifestação e falou com a imprensa

Por Gabriela Gallo

Com a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) use tornozeleira eletrônica para prevenir uma eventual tentativa de fuga enquanto ele é réu na Suprema Corte por tentativa de golpe de Estado, os parlamentares da oposição se organizam para tentar reverter a situação. Mas podem ter agravado mais a situação para o ex-presidente inicialmente.

Nesta segunda-feira (21), no primeiro dia do recesso parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado, congressistas da oposição se reuniram com Bolsonaro para discutir alternativas legais que poderiam adotar para proteger o réu e pressionar demais membros do Congresso. Ao final, houve uma entrevista coletiva, e estava prevista a participação do ex-presidente. Mas Moraes avisou que ele não poderia falar, porque está proibido de uso de redes sociais, mesmo que as postagens fossem feitas por terceiro. Assim, os advogados de Bolsonaro recomendaram que ele não participasse da entrevista.

Mas, ao final, ele acabou falando com os jornalistas, numa confusa situação na qual até mesmo uma mesa foi quebrada e um microfone atingiu o rosto do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que chegou a ferir o supercílio.

Ao final, Moraes deu 24 horas aos advogados do ex-presidente para que expliquem a situação e as circunstâncias.

## Manifestação

Além de toda a mobilização, está agendado para o dia 3 de agosto (domingo, véspera do re-



Instagram/André Fernandes

Bolsonaro mostrou sua tornozeleira aos deputados e jornalistas

torno parlamentar) uma manifestação nacional contrária à prisão de Jair Bolsonaro. Os atos acontecerão em todas as capitais do país e em grandes cidades.

Após a reunião, os parlamentares realizaram uma entrevista coletiva detalhando que, com o retorno das atividades parlamentares, eles se concentrarão em duas pautas na Câmara: aprovar o projeto que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 333/2017, que extingue o foro especial por prerrogativa de função em casos de crime comum. Questionado pela imprensa, o lí-

der do Partido Liberal na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (PL), confirmou que a oposição defende um único tipo de anistia: ampla e irrestrita.

"Nós nunca tivemos outra anistia. A única anistia constitucional que existe no Brasil, se você pegar, é total, ampla e irrestrita. É um texto constitucional, não existe como inventar uma matéria legislativa que esteja fora do texto constitucional", destacou Sóstenes. Sem dar muitos detalhes, ele ainda reiterou que, para evitar que a votação do texto seja adiada novamente, os parlamentares de oposição discutirão "outras estratégias" para definir o que vão fazer de diferente – mas não deta-

lhou nenhuma eventual medida.

No Senado, os esforços se concentrarão pela "votação imediata" do pedido de impeachment contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. A Casa já tentou pautar o impeachment do magistrado, mas o presidente da época Rodrigo Pacheco (PSD-MG) não pautou o pedido no plenário da Casa.

A reunião foi convocada pelo deputado Sóstenes Cavalcante. Estavam presentes 55 deputados federais, incluindo o próprio líder do PL, e dois senadores: Damares Alves (Republicanos-DF) e Magno Malta (PL-ES). Estavam presentes representantes dos partidos: PP, PL Republicanos, Novo, PSD e União Brasil.

## Aliados buscam alternativas para adiar volta de Eduardo

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

Com o fim da licença do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), a oposição avalia novas estratégias para postergar seu retorno à Câmara dos Deputados. Uma das possibilidades foi admitida nesta segunda-feira (21) pelo líder do Partido Liberal na Casa Baixa, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ): a nomeação de Eduardo para uma secretaria estadual ou municipal em gestões aliadas, o que permitiria a manutenção do afastamento em razão do novo cargo.

Se a ideia for adiante, o deputado poderia exercer a função diretamente dos Estados Unidos, onde está desde março. Na ocasião, Eduardo afirmou que sua permanência no exterior tem como objetivo denunciar supostas violações de direitos humanos no Brasil. "Eu quero garantir que ele vai terminar o seu mandato. Qual é a forma que nós vamos usar para isso, seja votando matérias legislativas ou com soluções políticas, nós veremos", afirmou Cavalcante durante entrevista coletiva no Salão Verde da Câmara.

## Alternativas

Conforme antecipado pelo Correio da Manhã, há ainda outras duas propostas em análise para viabilizar a extensão do afastamento. A primeira, apresentada no início de julho por Sóstenes, propõe a possibilidade de prorrogação, uma única vez, da licença para tratar de as-



Eduardo estuda formas de não perder seu mandato

suntos particulares. A segunda, de autoria do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), sugere uma mudança no Regimento Interno para permitir o exercício remoto do mandato.

Com o recesso parlamentar em vigor até 4 de agosto, Eduardo ainda dispõe de prazo para informar sua decisão à Mesa Diretora. Durante esse período, avalia acionar o direito a ausências justificadas, enquanto seus aliados buscam apoio para viabilizar a aprovação das medidas logo após o retorno dos trabalhos legislativos.

## Legalidade

Segundo o advogado e ex-juiz Márlon Reis, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar

nº 135/2010), embora tecnicamente seja possível alterar o Regimento da Câmara para contemplar essas propostas, a iniciativa pode levantar questionamentos quanto à legalidade.

"O Supremo Tribunal Federal já enfrentou situações semelhantes e declarou inconstitucionais normas que, embora travestidas de generalidade, tinham finalidade específica de beneficiar determinadas pessoas. Em outras palavras, medidas legislativas com caráter nitidamente personalizado tendem a ser invalidadas por ofensa ao princípio da impessoalidade, entre outros fundamentos constitucionais", explicou em entrevista à reportagem.

Reis também alertou que, caso o deputado renuncie ao

cargo, poderá ficar inelegível até 2035, conforme a Lei da Ficha Limpa. A legislação prevê a perda de direitos políticos para quem deixa o mandato a fim de evitar um processo de cassação já formalmente iniciado por quebra de decoro.

"É extremamente grave que um parlamentar anuncie publicamente que não retornará ao trabalho legislativo mesmo após encerrada sua licença. A partir de agora, Eduardo Bolsonaro está recebendo subsídios com recursos públicos, movimentando verbas de gabinete e exercendo prerrogativas parlamentares, ainda que sem demonstrar qualquer intenção de cumprir os deveres inerentes ao mandato eletivo. Essa conduta pode, inclusive, ensejar o ajuizamento de ações judiciais para responsabilizá-lo", finalizou o ex-juiz.

## Mandato

Recentemente, o deputado chegou a declarar que permaneceria fora do país e cogitou renunciar ao mandato. Ao jornal O Estado de S. Paulo na segunda-feira (14), Eduardo afirmou que só voltaria ao Brasil quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, não tivesse mais "força para prendê-lo".

"Eu estou me sacrificando, sacrificando o meu mandato", disse. Ele é investigado pela Suprema Corte por supostamente articular, junto a autoridades norte-americanas, a imposição de sanções contra ministros do STF.